

Escórcio deixa Senado, mas ainda luta pelo novo estado

JORNAL DE BRASÍLIA

02 MAR 1997

PATRICIA MOTTA

O ex-senador Francisco Escórcio, que pretende criar o Estado do Planalto Central, formado de parte do Distrito Federal e parte dos estados de Goiás e Minas Gerais, continua insistindo na importância de seu projeto. O Distrito Federal ficaria restrito ao Plano Piloto, parte do Paranoá, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte, Candangolândia e Guará.

Escórcio justifica que seu projeto está voltado para o futuro da região: "No ano 2000 Brasília terá cerca de 300 mil habitantes e o Distrito Federal perto de 2,1 milhões de habitantes. Isto quer dizer que apenas 14% da população estará no Plano Piloto e Lagos Sul e Norte. Enquanto o Plano Piloto ainda oferece excelente qualidade de vida aos seus moradores, as cidades-satélite e Entorno sofrem com o descaso, a falta de infra-estrutura e de baixa qualidade de vida. O estado do Planalto Central daria prioridade às satélites e ao Entorno, trazendo o desenvolvimento e novos empregos."

Inversão - A proposta da criação do Estado do Planalto Central está baseada no crescimento da população do DF muito superior ao do Plano Piloto e à inversão das prioridades. O estado novo promoveria a instalação de grandes e médias indústrias, agroindústrias, que transformariam o Planalto Central em um novo pólo de desenvolvimento, gerando novos empregos, investimentos e redução dos gastos públicos.

"As populações das cidades-satélites do DF e do Entorno, que hoje padecem de graves problemas sociais, teriam um governo identificado com suas necessidades", diz Escórcio. Brasília exerceria as funções de Capital do Brasil, abrigando os Três Poderes da República e as Missões Diplomáticas. O governador do DF seria indicado pelo Presidente da República e o Senado Federal ficaria por conta da sua legislação, aprovando, inclusive, sua lei orgânica, seu sistema tributário e estrutura administrativa.

Pela proposta de Escórcio, durante dez anos a União transferiria parte

dos recursos que hoje são entregues para o Distrito Federal ao Estado do Planalto Central, para promover o seu desenvolvimento e custeio. Além das transferências da União, o novo Estado passará a receber as cotas do Fundo de Participação de Estados e os tributos de competência estadual. "Muita gente está contra a criação do novo Estado porque querem continuar mamando nas tetas do governo", afirma Escórcio.

Plebiscito - Por meio de plebiscito, as cidades-satélites do Gama, Taguatinga (que seria a capital do novo Estado), Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Riacho Fundo e parte do Paranoá seriam convocados para formar o novo Estado.

Para aprovar a criação do Estado do Planalto Central é preciso que metade mais um da população votante de cada município votem favorável. Se aprovado, o novo estado será instalado em 1º de janeiro de 1999 com a posse de seu governador, vice, e deputados estaduais, eleitos em 1998.